

Editorial 100 Anos da Revolução Russa

Definitivamente, não há o que comemorar!

Já de longa data, especialmente por meio dos escritos de J. Chasin, sustentamos a tese de que as transições intentadas, com especial ênfase no caso da União Soviética, jamais configuraram superação da sociabilidade do capital. Nos dias que correm tornou-se vital sublinhar tal lamentável fato histórico. Não há como negá-lo! A não ser que se decida, de uma vez por todas, apartar-se conscientemente do dado real e renunciar à análise objetiva, embora, é claro, em nossos tempos, tal padrão de discurso e procedimento tenha se tornado moeda corrente.

Desde há muito tempo procuramos nos colocar entre dois polos, quais sejam, o mito negativo e a mistificação desarvorada: entre a desconsideração teórica da revolução (emancipação humana) e a prática aviltada que se faz em nome da própria revolução. Se acerca dessa polarização muitos não conseguimos convencer, debite-se esta tremenda falha, em parte, ao padrão intelectual dominante em nossos tempos, padrão este que impossibilita o diálogo, de um lado, e obscurece a visão dos melhores e mesmo dos bem-intencionados. Agarrar-se aos mitos e mistificações – tanto de um tipo quanto de outro – parece ser o denominador comum das mais variadas polarizações a que se têm assistido, mas, em especial, daquela a que nos referimos aqui. A tarefa é urgente e, ao mesmo tempo, monumental: não se trata mais de avaliar "erros" da esquerda, nem mesmo os seus eventuais descaminhos, mas de reconhecer seu colapso. A tragédia se manifesta em todos os escaninhos possíveis e o mais grave a constatar é que são poucos os esforços em reconhecê-la na sua real envergadura. Não é fácil, sem dúvida. Mais confortável e cômodo é permanecermos atados aos velhos mitos e às carcomidas mistificações.

O fato aqui em pauta – outubro de 1917 – reverbera de modo decisivo para o presente e para o futuro. O colapso da Revolução de 1917, é forçoso reconhecer, ocorreu por suas inviabilidades originárias, sendo impossível sustentar hoje que tenha sido uma transição abortada ou precocemente comprometida. De fato, tratou-se do colapso de uma transição impossível. Ou seja, não estamos diante de um defeito ou uma degenerescência de ordem meramente política, mas do desembocar de um drama originário. A falta de compreensão efetiva dessa ocorrência histórica facilita a repetição dos erros passados em grau muito mais profundo, pois agora se mostram dessubstanciados do conteúdo real ou ilusório que ainda continham no passado.

Reconhecer objetivamente esses problemas como desafios a serem vencidos por análises de realidade – que, infelizmente, até hoje não foram realizadas no nível de detalhe e precisão necessários – é o caminho por

onde, sem utopias ou falácias meramente volitivas, podem se abrir legítimos horizontes de esperança e perspectivas de mudanças possíveis e desejáveis.

Como acanhada contribuição para esta tarefa, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* publica um Dossiê 100 Anos da Revolução Russa, dividido em dois números, em que são debatidos diversos aspectos do evento que marcou o século.

Abrimos o Dossiê com excertos de textos de J. Chasin (1937-1998) que abordam o tema, direta ou indiretamente, altamente relevantes para a compreensão do fenômeno do pós-capitalismo soviético. Iniciamos pela última parte de seu artigo *Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista* (item “3 – Prática radical e individuação social”), de 1998, quando estava no auge da sua maturidade teórica – e que, portanto, deve iluminar o seu percurso anterior. Neste texto, retoma a preocupação marxiana com os processos de individuação, sínteses máximas das formas de sociabilidade, de cujas formas e meios estruturais e processuais contém a essência, já que a busca pelo entendimento do homem exige a compreensão da sociedade na unidade das instâncias que a integram. Neste mister, demonstra que os processos de individuação guardam caráter revolucionário positiva e negativamente (tendo se dado até aqui na forma da alienação), ampliados pelo nível inédito de desenvolvimento das forças produtivas a que chegou o capitalismo global, com suas correspondentes contradições inauditas, que aniquilam parte da própria humanidade e inibem a autoprodução da individualidade. O autor ainda sublinha, enfaticamente, uma lição esquecida: a revolução social não objetiva levar ao poder uma classe social, mas visa à emancipação do indivíduo social, do gênero humano. Nesse novo patamar societário, as personificações históricas e os instrumentos da lógica onímoda do trabalho devem ser perscrutados de forma a encontrar a(s) categoria(s) social(is) que seja(m) sua(s) mais avançada(s) encarnação(ões), bem como se deve averiguar sua possibilidade de efetivar a revolução social do futuro e os meios de que se utilizaria para tal.

Já no item “A crise total do pós-capitalismo”, parte do artigo de 1989 intitulado *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, Chasin principia expondo as reflexões marxianas sobre as condições pressupostas para a vitória de uma revolução socialista, as quais não estavam dadas na Rússia pré-revolucionária. Na ausência de condições básicas de sucesso previamente instaladas, uma vez efetuada pela revolução a destruição da antiga ordem atrasada ali vigente, tratou-se de criar a acumulação que nos países desenvolvidos fora obra do próprio capitalismo. Isto significou a continuidade do trabalho assalariado e, portanto, a inexistência de autodeterminação do trabalho, além da manutenção da mercadoria e outros elementos da lógica do capital. Chasin explora a diferença entre capital e

capitalismo, que é fundamental para compreender a antiga União Soviética, na medida em que esta, se ultrapassou o segundo, permaneceu sob a lógica do primeiro, engendrando uma forma histórica nova e impensada. Naqueles países pós-revolucionários o capital continuou regente da ordem, mas estava fora de seu meio, uma vez excluídas pela revolução política as suas personificações e o mercado livre. As reformas propostas pela *perestroika* e pela *glasnost* visavam justamente a instituir as condições ótimas para o domínio deste capital agora fortalecido – e não a restaurar os princípios e medidas de uma transição socialista, como muitos teóricos à esquerda e à direita quiseram imaginar. Diante deste quadro, Chasin enfatiza, então, fortemente, o caráter de fracasso da transição socialista e a necessidade da crítica radical do processo, condição primeira para qualquer – futura – nova tentativa revolucionária.

Por fim, o último texto chasiniano aqui apresentado, Marx hoje: da razão do mundo ao mundo sem razão, publicado na íntegra, foi originalmente escrito em razão do centenário de falecimento de Marx, em 1983. Ali o autor inicialmente constata a existência de uma brutal e total crise do capital, explicitada em suas duas pontas – o capitalismo e o mundo do pós-capitalismo ainda regido pela lógica do capital. Esta dupla barbárie se manifestava no capitalismo avançado, cujas contradições advinham agora de suas mais profundas qualidades – o incremento qualitativo/quantitativo dos meios de produção (e a concomitante e inseparável criação de miséria) gerando uma brutal crise de superprodução. A tudo isso se somava a menor sujeição à lógica do valor-trabalho possível aos oligopólios, o que desconjuntava todo o sistema em função da impossibilidade de sua ampliação ao conjunto dos capitais privados. No outro polo de dominação do capital, sociedades que superaram o capitalismo por uma revolução política, mas que não conseguiram realizar uma revolução social. Chasin inaugura nesse momento o debate sobre a distinção marxiana entre capital e capitalismo, demonstrando como o primeiro antecede e subsiste ao capitalismo enquanto formação histórica. Naqueles países pós-revolucionários houve uma petrificação do domínio do capital, possibilitada pela inexistência das condições objetivas e subjetivas de realização do comunismo, basicamente, pela inexistência de um desenvolvimento das forças produtivas que gerasse uma massa desprovida de riqueza social efetivamente existente e em intercâmbio com outros povos em situação similar. Assim, aquelas sociabilidades continuaram submetidas à regência do capital, que ali assumiu uma faceta particular: sua apropriação era coletiva (estatal), mas não socializada, da mesma maneira que sua gestão. A própria existência do capital coletivo/não-social, como o chamou Chasin, representava a falência da revolução, a incompletude do trânsito, a despeito das muitas tematizações

que então buscavam salvar seu suposto aspecto “socialista” adjetivando-o para sopesar seus “problemas”, tomados como parciais. Aquelas formações reproduziam o domínio sobre o homem, agora em nome deste mesmo homem e de sua emancipação, tornando o socialismo em mera ideologia de poder.

O texto seguinte do Dossiê é Revolução Russa e questão nacional em Mariátegui, de Yuri Martins Fontes, resultante de sua pesquisa de doutorado, defendida em 2015. O autor recupera as impressões deste importante marxista latino-americano acerca de temas relacionados à Revolução, a exemplo de seus personagens (como Trotsky e Lênin), suas instituições e alguns acontecimentos específicos dela decorrentes. Suas tematizações estão recheadas de tentativas de interpretação original da realidade do Peru, seu país natal, e da necessidade de os comunistas representarem todos os povos, e não só os europeus brancos. Por estes motivos, travou diversas polêmicas com outros membros dos partidos comunistas de linha positivista e eurocêntrica, em que prevaleciam interpretações mecanicistas e engessadas das possibilidades e etapas da revolução. No artigo, Martins Fontes também fornece alguns indicativos da biografia de Mariátegui, que faleceu muito cedo e, portanto, não pôde acompanhar outros desdobramentos da Revolução, mas cuja contribuição ao marxismo que busca as realidades específicas da América Latina é inegável.

Em Marx diante da revolução social na Rússia do século XIX, Vitor Bartoletti Sartori retoma os textos marxianos acerca da especificidade do desenvolvimento russo e da possibilidade de uma revolução social no país dos tsares. Como parte desta tarefa, analisa por dentro o pensamento do filósofo alemão, a fim de demonstrar como seu posicionamento acerca da relação entre o modo de produção capitalista e a “comuna rural russa” está ancorado em uma profunda análise de realidade, distanciando-se do marxismo stalinizado do século XX, de seu ofuscamento da questão das especificidades nacionais e de seu nacionalismo mais ou menos chauvinista. O autor demonstra que Marx rejeitava incondicionalmente a “aplicação” de um método concebido como uma “teoria histórico-filosófica geral”, “supra-histórica”, e acompanha passo a passo a argumentação do filósofo sobre a situação russa em vários momentos da sua produção teórica. Conclui, então, que a especificidade da análise do pensamento marxiano sobre o desenvolvimento russo passa pela rejeição da unilateralidade, seja ela “romântica”, seja a de um “progressismo linear”.

Vinícius Gomes Casalino, em seu artigo A Revolução e a crítica marxista do direito: o debate teórico soviético entre 1917 e 1937, aborda a disputa intelectual entre juristas marxistas soviéticos nas duas primeiras décadas após a Revolução de Outubro. Na primeira parte do texto, ele faz

uma breve recuperação histórica dos acontecimentos que levaram à Revolução Russa e lembra que os parâmetros normativos do novo governo eram os soviéticos, de onde emanavam os decretos, e a Constituição de 1918, os quais deram forma “jurídica” à Revolução. Menciona, ainda, como a Nova Política Econômica (NEP) implicou uma mudança dos planos econômicos que redundou em uma alteração do conteúdo jurídico do estado. Na segunda parte, discute como as condições socioeconômicas da Rússia antes da Revolução de 1917, bem como as vicissitudes e necessidades práticas decorrentes da própria Revolução, marcaram o debate teórico soviético no campo do direito e a configuração, ao menos preliminar, de um conceito marxista de direito. Destaca, neste campo, a contribuição de Piotr Stutchka – para quem a forma jurídica era uma relação social, determinada pela economia, e expressava os interesses específicos de uma classe dominante – e de Evgeny Pachukanis – cuja grande originalidade foi aproximar forma jurídica e forma mercantil, ou seja, e mercadoria.

Osvaldo Coggiola debate, em Realidade e lenda do bolchevismo, o caráter político-ideológico – fervorosamente contra ou a favor – de diversas interpretações sobre a história da corrente vitoriosa em 1917, ao tempo em que discute também as disputas reais, as cisões e os acordos da social-democracia russa e sua evolução no decorrer do século, cuja compreensão passa necessariamente pela retomada analítica da própria história do movimento operário e da Revolução Russa. O autor acompanha o percurso teórico-prático de constituição desta corrente histórica e política, demonstrando sua especificidade em relação às outras, rompendo com o caráter supra-histórico que lhe foi atribuído e, ainda, buscando desfazer aquelas interpretações que mitificam seus fundadores. Coggiola passa pelas polêmicas travadas no interior do movimento, em especial as que polarizaram Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, cujas divergências organizativas tinham uma base inseparável nas desavenças políticas e programáticas: sobre o sujeito revolucionário (operário e/ou camponês), sobre o caráter da revolução (nacional-burguesa ou permanente), entre outras. Adicionalmente, mostra a aproximação paulatina, prática e teoricamente, de Trotsky em relação a Lênin, expressa pelo primeiro no bojo de (re)avaliações históricas do seu posicionamento, mas recusando o “culto a Lênin” stalinista. Por fim, aborda como tais embates e divergências repercutiram no perfil histórico do bolchevismo, o ponto de confluência dos revolucionários da Rússia de 1917.

No texto A Revolução Russa e o pós-capitalismo, Lívia Cotrim discute a natureza da formação social que se constituiu na União Soviética pós-revolucionária a partir da análise apresentada por J. Chasin. A autora ressalta que a distinção entre capital e capitalismo é crucial para entender a gênese e o desaparecimento de ambos, na medida em que capital e produção

de mercadorias precedem e sobrevivem ao capitalismo. Lembra que a peculiaridade do modo de objetivação do capitalismo, atrasado e incipiente, resultou no caso da Rússia na ausência das condições materiais para o socialismo, impondo a necessidade primordial de impulsionar a criação de riqueza. Ali não se efetivaram a apropriação e gestão sociais pela totalidade dos indivíduos livremente associados e adoção do valor de uso como padrão de intercâmbio: nessa nova forma histórica se mantinha o capital, sob forma coletiva/não-social, solo no qual se enraizava o estado como dispositivo apropriador-gestor, que decidia sob critérios políticos o grau de exploração dos trabalhadores. Cotrim retoma a crítica marxiana à política, salientando seu aspecto universal, destacando que aquelas revoluções (políticas) cujo fito era substituir uma forma de propriedade privada e de divisão social do trabalho por outra são parciais diante da revolução social, que visa a eliminar a própria propriedade privada e a divisão social do trabalho. Como esta não se efetivou nos países pós-revolucionários, e com seu capital estagnado em face da inexistência de mercado e concorrência, o pós-capitalismo entrou numa crise terminal e acabou retornando às regras típicas do capitalismo. Por fim, a autora salienta a necessidade de ultrapassar o binômio capitalismo/pós-capitalismo como únicas alternativas possíveis e de furar o bloqueio teórico-ideológico ao entendimento daquelas sociedades e à possibilidade objetiva da superação do capital, já que voltam as costas à emancipação humana, ou seja, ao melhor legado da Revolução Russa.

Encerrando o Dossiê relativo à efeméride de 1917, Gustavo Machado faz um debate Sobre a possibilidade de uma revolução russa nos escritos de Marx a partir dos últimos textos do pensador alemão sobre a Rússia, objetivando averiguar se mantêm relação com sua elaboração anterior ou se apontam para uma ruptura. Trata-se de um diálogo com correntes marxistas que apontam a Revolução de 1917 como um ponto fora da curva do pensamento marxiano, que teria laivos eurocêntricos, etapistas e unilineares. Machado retoma vários trechos de obras diversas de Marx das quais se extraiu a inferência de que a origem da revolução socialista estaria necessariamente em terras britânicas ou em outros países mais desenvolvidos do Ocidente, porque a emancipação do proletariado teria como pressuposto um grau de maturação das condições sociais só existente, então, ali. Questiona tais interpretações a partir do acompanhamento atento da análise marxiana. Debruça-se, em seguida, sobre os últimos escritos de Marx acerca da Rússia, em especial sua resposta à missiva de Vera Zasulitch e seus rascunhos, situando-os historicamente e demonstrando como também eles não permitem atribuir ao pensador alemão a escrita de uma previsão histórica ou de uma receita revolucionária – o que ele, aliás, rejeitava categoricamente.

Na seção de artigos com tema livre, apresentamos os Apontamentos sobre a categoria “progresso” no Lukács tardio, de Vânia Noeli Ferreira de Assunção, cujo esforço é entender o significado desta categoria nos trabalhos de maturidade do filósofo húngaro. A autora inicia explanando as diferentes acepções de progresso desenvolvidas no decorrer da dominação burguesa, tal como expostas por Lukács, e explica que a burguesia, ao entrar no seu período de decadência ideológica, passou a ter uma visão de história anacrônica, evolucionista, abstrata generalizante e/ou empírica, algumas vezes tomando todo avanço como unilateral, o que levou a uma crítica generalizada à noção de progresso. Em Marx, segundo Lukács, este é medido pela predominância das categorias específicas de cada tipo do ser, se comparado a outras formas. Significa, então, passagem de um grau ontologicamente inferior a outro, ontologicamente superior; no âmbito do ser social, fala da processualidade tendencial rumo ao desenvolvimento universal do gênero humano, embora sempre repleto de retrocessos e contradições. As inter-relações entre a ação conjunta de séries causais econômico-sociais e as reações humanas são abordadas no quadro do afastamento das barreiras naturais pela atividade humana que transforma o mundo e acaba produzindo também, até aqui de forma não planejada, não mecânica e contraditória, as capacidades humanas. Assim, ser humano não é algo fixamente dado: a genericidade e a individualidade são a resultante de um longo processo histórico de desenvolvimento que conhece momentos contraditórios nos quais os resultados da atividade humana se voltam contra os próprios homens e que muitas vezes contraditam o próprio desenvolvimento.

Já no seu artigo sobre Espinosa e Marx: pensadores da imanência Maurício Vieira Martins discute noção de causalidade imanente nos dois autores, buscando evidenciar a extensão da ruptura por eles efetivada com o discurso que remete a autoria da própria existência a um mais além. Intenta comprovar que a visada imanente tem importantes repercussões na polêmica de Espinosa com diferentes abordagens metafísicas e na crítica à economia política de Marx. Com este objetivo em mente, destaca a noção de “substância infinita” de Espinosa (que gera efeitos em si mesma e que tem infinitos atributos) como inovadora e geradora de inúmeras controvérsias e menciona também sua teoria da causalidade, segundo a qual o desconhecimento das reais causas operantes no mundo é que gera uma visão antropomórfica da natureza. O autor continua, fazendo uma avaliação da categoria marxiana de trabalho enquanto transformação da natureza para a satisfação de necessidades humanas, em que a postulação de finalidades é uma realidade incontornável, diferentemente do que ocorre na natureza. Alude às referências marxianas sobre a vigência de séries causais, nas quais há um momento predominante, e sobre a determinação de

categorias como formas de ser, para então assinalar que em Marx a própria sociedade burguesa gesta em seu interior elementos de uma nova sociedade, ressaltando novamente a questão da imanência.

Em *La huelga de los Teamsters en Minneapolis y el papel de los trotskistas norteamericanos (1934)*, Sebastián Federico Paris aborda o papel dirigente dos trotskistas na greve do sindicato dos caminhoneiros e transportadores de Minneapolis (notória cidade comercial do estado de Minnesota, Estados Unidos) em 1934. O autor explica que naquele país, até 1930, o grosso do proletariado estava bastante apartado da militância de classe, embevecido com a ilusão do *American way of life*. Por outro lado, grassava no campo comunista o stalinismo e sua estratégia dogmática que equiparava a social-democracia a social-fascismo. Alude ao fato de que alguns sindicatos artificiais fundados pelo PC eram rechaçados e boicotados pelos trabalhadores, mas a depressão que se seguiu à crise de 1929 e os graves problemas sociais daí decorrentes mudaram o quadro, já que o enorme contingente de desempregados aumentava a cada dia. Nos anos seguintes, a afiliação sindical cresceu muito, bem como as greves, crescimento este capitalizado pelas direções sindicais existentes (muitas delas a serviço dos interesses ideológicos e organizativos do governo), que queriam mantê-los afastados da esquerda. De acordo com o autor, os anos 1933-1934 marcaram o início de uma movimentação operária e sindical em escala nunca antes vista no país, com destaque para as de Minneapolis, das maiores, mais heroicas e mais bem organizadas lutas já ocorridas, com participação direta e intensa dos trotskistas.

Finalmente, na seção Tradução, reproduzimos o texto *Revolução na China e na Europa*, publicado por Karl Marx em 1853, no qual afirma que a prosperidade então vigente não podia ocultar uma crise próxima e avassaladora. De acordo com ele, as novas lutas do povo europeu na batalha pela liberdade republicana e pela contenção dos gastos governamentais estavam diretamente relacionadas à situação da China. De fato, naquele país rebeliões se acumulavam e poderiam se transformar numa revolução; a introdução de manufaturados estrangeiros teve na indústria nativa fortes efeitos, trazendo concorrência e se somando à constante pressão militar, ao escoamento de metais preciosos, ao grande consumo improdutivo de ópio, à alta nos tributos e desmoralização da administração pública e, por fim, à instabilidade trazida à comunidade na mesma proporção. Como o ciclo industrial inglês já se havia completado, estava próximo o momento em que a extensão dos mercados pela abertura de novos ou o crescimento dos antigos seria incapaz de acompanhar o crescimento das manufaturas britânicas. Uma crise se apresentava no horizonte, da qual a revolução chinesa poderia ser a fagulha, disseminada internacionalmente e seguida de perto por revoluções políticas no continente, já que uma crise comercial e

industrial generalizada tinha mais potencial para deixar a Europa de joelhos que guerras e revoluções.

Com mais este número, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* espera continuar contribuindo, do seu modesto lugar, para o renascimento do marxismo e da esquerda autêntica, cujo primeiro passo é justamente a autocrítica e a coragem de recomeçar.

Boa leitura!

Os Editores